

# Os desafios da pesquisa em Ciências Sociais e o papel das organizações académicas regionais em África

Carlos Cardoso

## Introdução

Quando me convidaram para tomar parte neste seminário, os organizadores pediram-me que fizesse “uma conexão entre os temas apresentados, o que o CODESRIA faz e o estado actual das ciências sociais em África”. Diziam que “no fundo é para ficarmos todos a saber de que modo o que se está a investigar por aqui encontra-se em sintonia com as grandes questões de pesquisa e reflexão em África no geral”. Confesso que por razões várias, entre elas por falta de tempo, não me é possível fazer o balanço do estado actual das ciências sociais no continente, embora possa dizer muita coisa a esse respeito devido à minha experiência e aos conhecimentos que adquiri ao longo dos cerca de trinta anos de carreira como investigador. O posto que ocupo presentemente de diretor de pesquisa no CODESRIA (Conselho para o Desenvolvimento de Pesquisa em Ciências Sociais em África) coloca-me aliás numa posição algo privilegiada para este tipo de exercício. Mas, mais do que falar do estatuto das ciências sociais nos últimos vinte ou trinta anos em África, decidi priorizar uma discussão sobre os desafios presentes da pesquisa em ciências sociais no continente. Também pelo enunciado do tema compreenderão que falarei mais dos desafios do que dos progressos registados. E não há dúvida que os houve. Mas não vou poder falar deles.

Basearei esta minha conferência em algumas leituras e observações que tive a oportunidade de fazer ao longo de quase trinta anos de experiência, dos

quais sete passados no CODESRIA, durante os quais pelo menos duas coisas estiveram no centro da minha preocupação: 1) um esforço no sentido de um aperfeiçoamento constante enquanto investigador e 2) a luta para servir, apesar das minhas limitações, a incipiente, mas crescente comunidade de investigadores africanos em ciências sociais.

Antes porém de entrar no vivo do sujeito, começarei por tecer algumas considerações sobre as apresentações a que tivemos oportunidade de assistir ontem e hoje, quero ressaltar que as minhas notas foram escritas a partir da leitura dos resumos e em parte a partir do que tive a oportunidade de ouvir.

## 1. Algumas considerações sobre os trabalhos apresentados

Começaria por dizer que os temas aqui tratados são múltiplos, cobrindo uma diversidade e um leque bastante grande de temáticas, a partir de uma perspectiva de análise e de disciplinas diversas, indo de temas como a participação das mulheres na atribuição de crédito, a gestão de recursos hídricos, passando por temáticas como a inserção dos retornados nas sociedades de origem, terminando com questões ligadas à metodologia e epistemologia de pesquisa em ciências sociais. Esta multiplicidade de temáticas e de abordagens não deixa de colocar alguma dificuldade quanto à possibilidade de sua avaliação heurística. Mas aceito o desafio, e fá-lo-ei com toda a modéstia que deve caracterizar uma tarefa desta natureza e, ao mesmo tempo, com todo o rigor que se deve inculcar a este tipo de exercício.

No que diz respeito ao primeiro grupo de questões, pareceu-me estarmos perante um conjunto de projetos que cuja preocupação consiste em não só analisar e refletir sobre um conjunto de questões, mas de alguma maneira trazer subsídios à resolução do que se convencionou designar de problemas de desenvolvimento. O segundo grupo de questões pareceu-me estar mais preocupado como as lógicas, os caminhos e a própria natureza do labor científico, colocando no centro das suas preocupações questões heurísticas, metodológicas e epistemológicas.

Os projetos apresentados têm um grande potencial em termos da sua capacidade de contribuir para o avanço do conhecimento nas áreas escolhidas. A meu ver, os temas propostos, a julgar pela sua ambição heurística, estão à altura dos desafios que se colocam hoje em dia à investigação em ciências sociais em África.

Em que me baseio para afirmar isso?

Desde que entrei no CODESRIA tenho trabalhado no departamento de pesquisa, que é o departamento que recebe anualmente entre 150 a 200 projectos de investigação submetidos a um concurso para financiamento no quadro das plataformas estabelecidas pelo CODESRIA. São propostas com vista à constituição das famosas Redes de Pesquisa Comparativa, os Grupos Nacionais de

Trabalho e os Grupos Multinacionais de Trabalho. Um outro departamento, o Departamento de Formação, Bolsas e Pequenas Subvenções organiza anualmente um concurso para a atribuição de um prémio à melhor tese de doutoramento, e um outro com vista à atribuição de pequenas subvenções cuja finalidade é permitir a jovens investigadores em processo de conclusão das suas teses de fazer face a certos encargos ocasionados pelas deslocações a terreno, impressão de manuscritos, fotocópias de documentos, etc. Este último programa é bastante concorrido, envolvendo anualmente mais de cinco centenas de candidatos. A exploração dos dados disponíveis no secretariado do CODESRIA em Dacar sobre estes programas permitem aferir sobre algumas tendências em termos dos temas tratados, embora não permitam falar de um conhecimento exaustivo sobre estes temas. Olhando para os títulos dos trabalhos apresentados no âmbito destes diferentes programas desde 2003 a esta parte, constatámos que as temáticas variam entre:

- “As características do mercado de trabalho privado”;
- “A gestão das abordagens do conhecimento endógeno”;
- “A produção de cogumelos na Suazilândia”;
- “A abordagem prática para o uso do corpo e do espírito”;
- “Aspirações educacionais e equidade de género”;
- “Masculinidade e prazer sexual”;
- “Uma perspetiva da linguística cognitiva sobre a negociação do casamento entre os Gikuyos”;
- “Exclusão social, deficientes físicos e inclusão social”;
- “Estudo sobre a emergência/ressurgência das gastroenterites e avaliação das suas relações com certos parâmetros da qualidade de água”, etc.

Não se vislumbra nenhuma temática que se possa considerar dominante. Comparando estas temáticas com as temáticas apresentadas neste seminário, diria que estas últimas não estão em desfasamento com o que se faz no continente.

Dito isto, permitir-me-ia tecer algumas considerações no intuito de contribuir, se assim posso dizer, para melhorar o alcance da contribuição científica dos trabalhos apresentados. A julgar pelos resumos e por algumas apresentações diria o seguinte:

1. Alguns trabalhos aqui apresentados carecem do que eu chamaria de modéstia nos objetivos fixados, na própria maneira de apresentar as questões de pesquisa e de expor as ideias. Muitos dos objetivos enunciados são demasiado ambiciosos para poderem ser alcançados no quadro e no espaço de tempo concedido a uma tese de mestrado ou de doutoramento (Exemplo do trabalho de Miguel Barros). Talvez por causa do esforço investido em expressar as ideias de uma maneira demasiado elaborada, complicada, os trabalhos acabam por ficar prejudicados em termos do que é essencial dizer, bem como em termos de expor de uma maneira clara as ideias e os argumentos centrais, incluindo a formulação da problemática de pesquisa e as questões de partida;

2. Alguns trabalhos deixam a impressão de à partida já saberem demais sobre o tema que pretendem investigar. No entanto, eles carecem de questiona-

mentos, perguntas e dúvidas, justamente os elementos que devem induzir à formulação de questões pertinentes e “alimentar” o processo de pesquisa. Alguns vão até ao ponto de no decorrer do projeto já aventarem recomendações no sentido de lidar com os problemas identificados, o que não deixará de conferir a esses projetos um caráter mais utilitarista e pragmático do que académico;

3. Algum investimento deve ser feito na formulação dos títulos. Alguns são demasiado simples, não refletindo a complexidade do objeto do estudo; Outros são pomposos demais;

4. Algum investimento deve ser feito em matéria de redação e sobretudo no que diz respeito ao que designamos de escrita segundo uma linguagem científica. Muitos dos trabalhos denotam uma escrita demasiado coloquial, em detrimento de uma linguagem mais cuidada e no fundo mais rigorosa;

5. O quadro conceptual e teórico nem sempre é claro e explícito. Isto remete-me para a questão do que tenho vindo a designar o desafio da teoria, sobre o qual falarei mais a frente;

6. O último aspeto crítico, se assim o podemos chamar, é o que os alemães chamam “Auseinandersetzung” (discussão, to engaje em inglês) com as teorias existentes no domínio em que se insere o projeto de investigação, e particularmente com autores africanos.

Em relação a este último aspeto, há uma tendência que considero positiva em muitos dos trabalhos apresentados, que é a utilização crescente de autores africanos no argumentário dos trabalhos. Podemos falar de uma apropriação ainda tímida, mas certamente significativa se compararmos a situação atual à situação de há uma ou duas décadas atrás. Esta abertura à contribuição dos africanos reflete-se igualmente em termos dos objetos e dos países de estudo. A impressão que me fica é que a África dos Estudos Africanos em Portugal deixou de ser a África de Língua Oficial Portuguesa para passar a ser simplesmente África.

Posto isto, quais são então os desafios que se colocam à pesquisa em ciências sociais em África?

## 2. Os desafios da pesquisa em Ciências Sociais em África

O último relatório mundial sobre a situação das ciências sociais em África traça-nos um quadro sombrio. Ele constata, entre outras coisas, que África subsaariana tem registado um atraso considerável em termos de produção científica: a região era responsável por 0,7% da produção mundial em 1996, contra 1% em 1987. O que torna a situação mais dramática, é que ela não mostra sinais de recuperação (Sheep). A parte de África subsaariana na produção científica caiu quase um terço (31%) desde o seu pico em 1987 (Sheep). Este quadro varia de país para país e de região para região. Enquanto na África do Norte

(Egito, Tunísia, Marrocos) se registam progressos assinaláveis, na África ao Sul do Sara, o quadro é crítico para dizer o menos. Em termos de países, as diferenças são talvez mais gritantes. Segundo as nossas fontes, 75% das publicações académicas provenientes da África subsaariana listadas no banco de dados Web of Science vêm de cientistas sociais da África do Sul, Nigéria e Quênia, e de algumas universidades apenas (Sheep).

Estes dados obrigam-nos a deitar um olhar sobre as condições em que são produzidas as ciências sociais. E esta *démarche* obriga-nos igualmente a olhar para as universidades africanas, por razões que já vou dizer, querendo no entanto ressaltar que não é minha intenção ser exaustivo nesta matéria.

## 2.1 Em que condições são praticadas as ciências sociais em África?

Sem negar a possibilidade de produção de conhecimento fora do espaço universitário e académico, as universidades são o lugar privilegiado de realização da investigação científica de uma forma geral e das ciências sociais em particular. Na maioria dos casos, é das condições oferecidas pelas instituições de ensino superior que depende em grande medida a produção de conhecimentos e das ciências sociais no continente. Através da produção de pessoal de alto nível, da geração de conhecimentos pela pesquisa e através do fornecimento de serviços à comunidade, as universidades constituem instrumentos-chaves para a promoção das ciências, da tecnologia e da cultura. Daí a atenção particular que instituições como o CODESRIA têm dedicado à situação das universidades enquanto locais de acolhimento do labor científico.

Certamente que este não é o lugar apropriado para fazer o historial das universidades africanas. Contudo, importa sublinhar que muitas das universidades africanas nasceram ainda na época colonial enquanto “colégio de universidades”, cuja função era formar um pessoal principalmente destinado ao setor público. Inevitavelmente, estes colégios estavam ligados às universidades na Europa, e tornaram-se depois das independências universidades cujas ligações com as universidades ultramarinas foram mantidas. Assim, elas tornaram-se um estereótipo das universidades europeia, uma ramificação de uma instituição ao serviço de uma sociedade ocidental, que apresentava um quadro económico, social e cultural totalmente diferente do de África.

Como foi referido anteriormente, os primeiros anos que se seguiram à independência foram marcados por um considerável investimento por parte das novas lideranças na educação de uma forma geral e no ensino superior em particular. Como disse Issa Shivji, “através da universidade, afirmávamos o nosso direito a pensar, o fundamento do direito à autodeterminação” (2005:3). As autoridades políticas tiveram uma abordagem um tanto ao quanto utilitarista em relação à universidade uma vez que as viam como uma avenida para a produção em massa de recursos humanos de alto nível para a urgente tarefa de desenvolvimento nacional. Mas elas eram universidades que correspondiam aos sonhos dos africanos.

Dito isto, uma série de questões se nos levanta. Devem as universidades africanas continuar a ser concebidas numa perspetiva estritamente utilitarista? Deve a universidade continuar a ser um espaço de promoção de um pensamento crítico, laico, de exercício de liberdade académica e de autonomia institucional ou deve ela compor-se com a prática da religião, com interesses políticos? Independentemente da resposta que queiramos dar a estas perguntas, importa realçar que a visão da universidade africana, tal como ela foi formulada pelos fundadores da Associação de Universidades Africanas, como uma universidade de (para o) desenvolvimento, precisa de ser re-examinada de forma a tomar em consideração a dinâmica do processo de desenvolvimento (Ndri, 2006). Uma vez concebida como uma estrutura dinâmica, a universidade deve adaptar-se continuamente às condições locais e globais, de forma a poder perseguir a sua missão face a nova visão com sensibilidade em relação às exigências de cada era.

Este espírito inovador é necessário quanto é sabido que, apesar de todo o potencial e das realizações da geração pioneira de universidades, especialmente o pequeno grupo que teve um papel importante a nível regional, o seu exemplo não foi sustentado ao longo do tempo e nem reproduzido de forma ampla pelo continente durante o período que se seguiu aos finais dos anos 60. Pelo contrário, ao longo dos anos 70, os constrangimentos financeiros e a deterioração no clima político nacional verificada num número crescente de países africanos tiveram efeitos adversos nas universidades com a consequência de que elas gradualmente se fecharam sobre si próprias tornando-se quase provinciais, e até mesmo paroquianas. Esse paroquianismo se intensificou na mesma linha, senão na mesma proporção que a velocidade de enfraquecimento verificado no ambiente do ensino e da pesquisa, uma deterioração que incluiu o colapso do sistema de grupos de discussões e seminários, a erosão da base de financiamento da pesquisa, a decomposição de infraestruturas físicas, o colapso de bibliotecas, a fuga de cérebros, a recessão na vida associativa, o comprometimento inevitável do sistema de revisão de pares, o aumento da violência nos “campus” universitário, o declínio do sentido de comunidade nas universidades, a queda nas taxas de mobilidade intelectual e, mais recentemente, a massificação de admissões e proliferação de programas segundo uma lógica comercial<sup>1</sup>.

As Universidades africanas, como as sociedades africanas, são constituídas de muitos paradoxos. No que diz respeito por exemplo ao acesso, constata-se que enquanto as normas da UNESCO exigem que a população estudantil corresponda a 10% da população, as universidades senegalesas, no ano letivo de 2008/2009, fecharam as suas portas a 5.100 novos estudantes. Apesar de a África ter registado a taxa de crescimento mais rápido em termos de crescimento da população estudantil (8,3%), o ratio número de estudantes versus número de população continua a ser dos mais baixos a nível mundial. Em média, a África vem longe atrás de todos os outros continentes em termos de número de estudantes inscritos no ensino superior. Por 100000 habitantes, ela varia, em 1996, entre 1854 no Egito e 40 em Moçambique, situando-se a média

---

1 Para mais detalhes sobre a situação do ensino superior em África ver o Plano Estratégico do CODESRIA 2007-2011 e também N’dri, Assié-Lumumba, Higher Education in Africa.

africana à volta de 500. Na Europa, ela varia entre 4454 em Espanha e 1087 na Albânia. Em alguns países reputados por ter um ensino superior relativamente desenvolvido como é o caso do Burkina Faso, esta taxa não ultrapassa os 2%. Certas universidades carecem de pessoal docente para lecionar cursos instituídos pela própria instituição, mas não conseguem recrutar mais docentes por falta de meios financeiros. Por exemplo, a Universidade Cheikh Anta Diop de Dakar conta com um efetivo de 1100 docentes para cerca de 60000 estudantes, mas no ano letivo de 2006-2007 a instituição não conseguiu assegurar como pessoal efetivo cerca de 5000 doutorandos e jovens doutorados que lecionavam na instituição.

Um aspeto fundamental no desenvolvimento de qualquer universidade é a investigação científica. Constata-se que num bom número de universidades africanas a pesquisa é relegada para segundo plano. No segundo capítulo do seu livro sobre a epistemologia, Bachelard criticava uma situação de preguiça da Filosofia que espelha bem a atual situação das ciências e da investigação científica de uma forma geral e das ciências sociais em particular nas universidades africanas. A pesquisa universitária continua a sofrer perante as urgências e uma conceção utilitarista da pesquisa. A esse propósito, Bachelard adverte que “o esforço do saber parece maculado pelo utilitarismo; os conceitos científicos, todavia tão bem harmonizados, são considerados apenas com o valor de utensílios. O homem de ciências, de pensamento tão obstinado e tão ardente, de pensamento tão vivo, é apresentado como um homem abstrato. Cada vez mais, todos os valores do homem estudioso, do homem engenhoso, são desacreditados. A ciência está reduzida a uma pequena aventura, uma aventura nos países quiméricos da teoria, nos labirintos tenebrosos de experiências factícias. Por um paradoxo inacreditável, a darmos ouvidos aos críticos da atividade científica, o estudo da natureza desviaria os sábios dos valores naturais, a organização racional das ideias prejudicaria a aquisição de novas ideias” (Bachelard, 2006: 21)

Dados da Universidade Cheikh Anta Diop revelam que dos 1100 docentes exercendo a sua atividade na instituição apenas 22% publicam regularmente artigos científicos, apesar de a pesquisa constar das missões das seis faculdades, 117 laboratórios (60 na Faculdade de Medicina, 13 na faculdade de Ciências, 9 no IFAN, 11 na Faculdade de Letras, etc.) e 13 grandes escolas de formação, 12 Institutos e centros de Pesquisa e 47 Formações Doutorais. Apenas 40% dos docentes investigadores publicam periodicamente e 35% deles não publica absolutamente nada. 75% das publicações são co-escritas com investigadores do Norte. 80% das publicações são feitas no exterior. (Wal Fadjiri 29 juin 2009, et le Soleil 8 aout 2009).

Embora variando de universidade para universidade, existe um grande desequilíbrio entre o investimento feito na investigação em ciências sociais e nas ciências naturais. Um estudo sobre 12 universidades africanas, concentradas sobretudo na África do Leste e Austral, revelou que cerca de 45% de todos os projetos de pesquisa nestas universidades eram feitas nos domínios de artes e ciências sociais, e que apenas 6% dos projetos estavam relacionadas com a engenharia (Mohammedbhai, 1994: 31). No entanto, sabe-se que os recursos

disponibilizados para cada uma das áreas são desproporcionais, sendo as dedicadas as ciências sociais geralmente muito mais limitadas.

As condições da prática das ciências sociais em África são na maior parte dos casos muito precárias. Apesar de a sua prática exigir investimentos muito menos avultados do que as ciências naturais, o seu adequado exercício não deixa de requerer determinadas condições, incluindo infraestruturais. Ora, além das condições que caracterizam as universidades africanas e que foram referidas atrás, a prática das ciências sociais em África sofre de constrangimentos significativos que acabam por afetar o seu cabal desenvolvimento.

As Faculdades de Letras e Ciências Humanas em muitas universidades são consideradas “o lixo” da universidade. Na Universidade Cheikh Anta Diop de Dakar ela absorve cerca de 50% do efetivo de estudantes matriculados (Wal Fadjiri, 25 jun 2009). Num contexto de escassez de infraestruturas adequadas, elas são as primeiras a sofrer, implicando, entre outras, a que as aulas decorram em condições que se pode classificar de surrealistas. A ausência ou carência de revistas científicas nas bibliotecas que se pretendem especializadas dificultam o acompanhamento dos debates e das “descobertas” em certas disciplinas, ao mesmo tempo em que torna quase impossível a participação dos investigadores africanos nestes debates. A falta de publicações científicas próprias torna a situação ainda mais dramática. O nível de pesquisa académica em África permanece fraco em parte devido à ausência de espaços de divulgação e disseminação dos resultados de pesquisa. Em 1995, a região era responsável por apenas 5839 comunicações (papers) publicadas. O Sudeste asiático produzia 15995 comunicações e a América Latina e as Caraíbas produziam 14426 (Ndri, 2006: 10).

A proliferação de universidades privadas no continente não tem contribuído para melhorar a situação. Em muitos casos esta dinâmica contribuiu antes para agravar o status quo. Geralmente, as universidades privadas cuidam mais da transmissão de conhecimento do que da sua produção através de projetos de investigação. Consideradas outrora locais de excelência, as universidades correm o risco de se transformar em meros locais de transmissão de conhecimentos. Embora as principais universidades africanas continuem a ser instituições de carácter público, não há dúvida de que o surgimento de instituições de ensino superior privadas, sejam elas religiosas ou laicas, mudaram a paisagem do sistema de ensino superior em África. Este desenvolvimento, que em si representa também uma resposta à crise no sistema de ensino superior público, tem suscitado um vivo debate sobre a função e a missão destas instituições, nomeadamente sobre a questão do acesso popular à formação universitária e do futuro do ensino superior enquanto bem público.

De igual interesse é a introdução nos sistemas universitários público e privado de uma forte e frequentemente ilimitada lógica comercial/de mercado não só na prestação de alguns serviços, mas mais preocupante ainda, na conceção de currículos e módulos de ensino. A produção de conhecimento enquanto tal está a ser cada vez mais negligenciada a favor de uma noção de universidade como centro de formação estritamente ligado às necessidades do mercado. O



mais preocupante ainda é que isto acontece num período em que uma cultura de consultorias tende a sobrepor-se à cultura de pesquisa e de participação em atividades científicas locais, regionais e internacionais.

O debate sobre a relação entre o público e o privado no ensino superior foi magistralmente captado por Mahmood Mamdani na sua recente obra “Scholars in the Marketplace.” Nesta obra, Mamdani lembra-nos que mais do que opor antagonicamente o público ao privado ou o Estado ao mercado, importa compreender a relação entre estes dois tipos de instituição de ensino superior que povoam o campo académico nos nossos dias em África. Neste contexto, torna-se relevante procurar saber quem determina os termos desta relação, e quem define os objetivos. Segundo Mamdani, podemos identificar dois tipos diferentes de relação entre o público e o privado na organização do ensino superior. Na versão soft que Mamdani qualifica de “privatização” limitada, as prioridades são fixadas pela esfera pública. Na versão hard desta relação que ele qualifica de “comercialização” é o mercado que define as prioridades no funcionamento de uma universidade pública. Se a privatização limitada resume uma relação na qual o público (incluindo o Estado) lidera o privado (incluindo o mercado), a comercialização inverte os termos num arranjo em que o privado lidera o público. A diferença é esta: privatização limitada é a apropriação crítica do mercado para fins públicos, enquanto comercialização é a subversão das instituições públicas para fins privados (Mamdani, 2009).

Ao debruçarmo-nos sobre as condições materiais, não estamos a sugerir que as ciências sociais só são possíveis em contextos onde as condições infraestruturais estão reunidas. Pensamos aliás que é possível produzir ciências sociais em condições materiais difíceis ou até extremamente difíceis. O que estamos a querer dizer é que estruturalmente, para que as ciências sociais se possam desenvolver verdadeiramente e de uma forma sustentável, são necessárias certas condições, entre as quais fazem parte as infraestruturais, muitas vezes negligenciadas nos debates sobre os desafios que enfrentam as ciências sociais em África. Afora estas condições materiais é necessário todo um conjunto de condições institucionais.

O ambiente sociopolítico suscetível de influenciar a prática das ciências sociais melhorou consideravelmente nas últimas três décadas. A liberdade de expressão é hoje uma realidade palpável na maior parte dos países africanos. Em termos globais, as universidades gozam de uma relativa autonomia e a liberdade académica, apesar de ainda conhecer restrições pontuais aqui e acolá, faz parte da realidade vivida na maior parte das instituições de ensino superior. Contudo, apesar desta evolução globalmente positiva, restrições sérias continuam a colocar-se ao livre exercício do métier do cientista social. Para além das restrições financeiras impostas pela ausência de um engajamento consequente por parte do Estado, a prática das ciências sociais, sobretudo em certas disciplinas como a sociologia e a ciência política, e as quais fizemos alusão mais atrás, ainda é vista com alguma desconfiança, se não com algum menosprezo, pelo facto de estar em condições de questionar o poder instituído ou, segundo o julgamento deste, não contribuir para o desenvolvimento socioeconómico do país. Não são raros os casos em que altos dirigentes de Estado

se referem as ciências sociais em termos depreciativos, com o argumento de que elas constituem um luxo para países que se debatem com insuficiência de recursos financeiros, como é o caso de muitos países africanos ao Sul do Saara.

## 2.2 Quais são então os desafios que se colocam às ciências sociais em África?

O mínimo que se pode dizer é que os desafios são inúmeros e de grande dimensão. O que podemos fazer nesta conferência é apenas enumerar alguns, deixando à mercê do debate que se vai seguir completar, confirmar ou infirmar os nossos pontos de vista.

Para mim, o maior e o mais premente desafio da pesquisa em ciências sociais em África - ficarão admirados depois do que disse sobre as condições materiais nas universidades africanas- é a **produção de uma teoria crítica**, que obviamente apresenta uma ramificação de problemas e premissas, que certamente não vamos poder abordar à exaustão aqui neste seminário. Aqui utilizo o conceito de teoria crítica não necessariamente no sentido em que a conhecemos na literatura, nomeadamente na literatura filosófica, em que ela denomina o corpo teórico principal dos filósofos e outros pensadores de diferentes disciplinas adstritos à Escola de Frankfurt, incluindo nomes como Max Horkheimer, Theodor Adorno, Herbert Marcuse, Juergen Habermas e outros.

Mas existem importantes pontos de convergência entre o que eu proponho e o que nos é legado pela Teoria Crítica de Max Horkheimer. Sabemos, por exemplo, que a Teoria Crítica é uma reacção à unilateralidade hegemónica da racionalidade teleológica. A Teoria Crítica propõe-se interpretar e actualizar a teoria marxista segundo o seu próprio espírito. Para o caso que nos interessa, um ponto importante na Teoria Crítica é que ela entende o conhecimento não como uma simples reprodução conceptual dos dados objectivos da realidade, mas sim como uma autêntica formação e constituição da mesma, o que nos remete para a famosa questão da construção do objeto de pesquisa. Outro aspecto interessante, a Teoria Crítica opõe-se radicalmente à ideia da teoria pura que supõe uma separação entre o sujeito que contempla e a verdade contemplada, e insiste num conhecimento que é mediado pela experiência, pelas praxis concretas de uma época, assim como por interesses teórico-cognitivos. A partir deste posicionamento surge assim um interesse pelo contexto social, sobre o qual se procurava influir directamente através da Filosofia.

Embora haja pontos de convergência entre a Teoria Crítica da Escola de Frankfurt e o meu conceito, eu utilizo-o mais no sentido de uma espécie de teoria alternativa, embora tenha parado de gostar do termo alternativo desde que li um autor indiano, Claude Alvares, que se tornou conhecido, entre outras pelas ideias que tem defendido sobre a necessidade de descolonizar as universidades do Sul. Numa comunicação intitulada “A Crítica da Ciência Social eurocêntrica e a Questão de Alternativas”, em que ele se propõe analisar criticamente o quadro teórico no qual as ciências sociais são pensadas e a partir do qual são feitas as pesquisas em várias universidades do mundo não ocidental, Claude

Alvares afirma que “a agenda principal de qualquer acadêmico num mundo não-ocidental é resistir ao imperialismo na academia, trabalhar no sentido de transcender o discurso e os quadros teóricos propostos pelo ocidente para compreender e perceber as coisas”. E transcender o eurocentrismo para Alvarez significa, entre muitas outras coisas:

- Desconectar intelectualmente das teorias existentes e do corpus das ciências sociais eurocêntricas e europeias ao nível de cada Conselho ou universidade. Reconciliar criticamente com as tradições intelectuais indígenas;

- Imaginar um discurso plural, não derivado, não alternativo, mas plural. Insistir nisso como uma questão de princípio, permitiria às centenas de flores de ciências sociais de dar frutos, sugere o mesmo autor.

Utilizo o termo de *teoria crítica* no sentido de um esforço a ser consentido pelos cientistas sociais africanos com vista ao abando do simples papel de imitadores ou de caixa-de-ressonância das teorias produzidas noutras paragens ou por outros indivíduos ou ainda, o que no meu ponto de vista é mais crítico, de fornecedores de dados etnográficos que posteriormente são elaborados sob forma de teorias e de conceitos pelos seus colegas do Norte; mas sim o de criar as condições para que, a partir dos seus trabalhos de investigação, possam manter uma verdadeira conversação com as teorias produzidas pelas ciências sociais hegemónicas do Norte.

Para ilustrar a necessidade desta “Auseinandersetzung” (discussão, engagement em ingles) crítica com as nossas referências teóricas, decidi tomar um exemplo que deve ser mais familiar para muitos de vós, nomeadamente a teoria sobre a burocracia enunciada por Max Weber nos inícios do século XX, que acabou por ter uma influência significativa no modelo burocrático francês nos anos subsequentes. Esta teoria e o desenvolvimento que se lhe seguiu ensinounos várias coisas.

Por um lado, ela esclarece-nos sobre as lógicas internas das teorias explicativas, neste caso a sociológica, e por outro sobre a maneira como os sociólogos construíram estas teorias em relação com a evolução das organizações. Como é sabido, ao tentar compreender as razões do desenvolvimento do capitalismo no Ocidente, o sociólogo alemão atribui esse mesmo desenvolvimento essencialmente à uma nova forma de ação, a ação racional, que aos seus olhos, é incarnado num modelo teórico que é a burocracia. Ele rejeita as teorias económicas segundo as quais é a isca do lucro que permitiu o desenvolvimento do capitalismo, na medida em que esta isca existiu sempre em todos os regimes.

Muitos investigadores consideram a burocracia weberiana um modelo teórico, original. Só que, com o tempo, esta assunção tornou-se algo ridículo, ou no mínimo problemático, na medida em que a burocracia aparece agora como algo anti-capitalista. A esta burocracia, que é muitas das vezes estatal, opõe-se o liberalismo, a empresa flexível, libertada das regras produzidas pela burocracia. Foi preciso esperar por uma série de críticas, primeiras vindas dos Estados Unidos, depois da França com Michel Crozier (*Le phenomene buro-*

*cratique*, 1963) para ler os estudos críticos rigorosos da burocracia. Os americanos (Merton, Selznick) e Crozier mostram que a maior parte das regras que eram supostas fazer funcionar bem a organização acabam por paralisá-la. A impessoalidade do funcionário que deve aplicar a regra sem aceção pelas pessoas retira toda a flexibilidade ao sistema, a multiplicação das regras de controle impede toda a iniciativa e age contra a inovação, a departamentalização e desemboca no fechamento dos grupos sobre os seus objetivos em detrimento dos da organização<sup>2</sup>.

Mas o mais importante dos ensinamentos a colher para mim é que todas as teorias são susceptíveis de crítica e, conseqüentemente, devem ser submetidas a um constante exercício de desconstrução.

Estou consciente de que não estou a discutir um problema novo, ou que se circunscreve à África. Mas é um debate que continua atual, bastante atual. Na América Latina existe toda uma escola que tem vindo a debater este assunto. Em África, esta problemática remete-nos para um debate alimentado em tempos por um filósofo africano, Paulin Hountondji que falava da extravessão das nossas ciências sociais, dizendo que os cientistas sociais africanos eram vítimas de uma situação em que eram reduzidos a meros fornecedores de matéria-prima para a produção de teorias no Norte, teorias estas que eram depois re-exportadas para a periferia sob forma de conhecimentos ou verdades universais.

Recentemente, falando da situação na Universidade de Makerere e mais concretamente da formação em pós-graduação Mahmood Mamdani dizia que a questão central perante a qual se encontra o ensino superior em África hoje em dia consiste em saber o que significa ensinar ciências sociais e humanas no presente contexto histórico e, em particular, no contexto africano pós-colonial. O que significa ensinar ciências sociais e humanas num lugar onde os paradigmas intelectuais dominantes são produzidos não a partir da própria experiência africana, mas de uma experiência ocidental particular, onde os paradigmas dominantes teorizam uma história ocidental específica e estão preocupados em larga medida em expor as virtudes da época das luzes ou a exibir críticas em relação a esta época. Mahmood adianta ainda que não há nada de errado em ler textos da época das luzes, e talvez até seja vital fazê-lo. O problema é o seguinte: Se se admite que a época das luzes é algo exclusivamente europeu, então a história da época das luzes exclui África como exclui a maioria do resto do mundo. Pode ela então ser o fundamento sobre o qual pode basear-se o ensino universitário em África? A premissa segundo a qual só existe um modelo derivado da experiência dominante do Ocidente reduz a pesquisa a algo que serve para demonstrar que as sociedades no mundo ou conformam com este modelo ou desviam-se dele, diz Mahmood. A tendência é deshistoricizar e descontextualizar experiências discordantes, sejam elas ocidentais ou não ocidentais. O efeito é desvalorizar a pesquisa original ou a produção intelectual em África.

Por estas e outras razões Mamdani defendem que a formação em ciências sociais, sobretudo a nível da pós-graduação deve ser feita em instituições onde

2 Para mais informação, ler Crozier 1963, citado segundo Bernoux, 2006.

os formandos serão chamados a trabalhar. “Não temos outra opção, senão formar a próxima geração em casa”. E para ele, isto significa atacar a questão da reforma das instituições ao mesmo tempo que o da formação de pós-graduação.

Para mostrar quão atual e carregado de controvérsia é este debate, gostaria de citar um outro intelectual africano, desta vez um togolês. Num seminário organizado pelo CRDI este ano em Dacar sobre o tema “que sinergia entre o investigador e as organizações da sociedade civil” o economista em questão, Kako Nubukpo, sugeria que para romper com o que ele chama de extravessão intelectual, os investigadores africanos deviam contrapor “o terreno à teoria”, no que ele considera um desafio para a pesquisa que se pratica em África. De que lado da linha devemos então colocar-nos? Continuar a aperfeiçoar as técnicas de recolha de dados, esmerar no sentido de fazer boas monografias e limitar-nos ao labor etnográfico? Ou antes aventurar-nos na elaboração e exploração teóricas, na leitura desses dados a partir de uma exigência que coloque a elaboração de teoria como uma questão central? Eu acho que o caminho só pode ser o segundo.

Convenhamos que sem teoria não há conhecimento verdadeiramente científico. E contrariamente ao que parece sugerir Nubukpo, o trabalho teórico é para mim o estádio incontornável no processo de busca de conhecimento. A heurística não seria o que é sem esse passo significativo em qualquer *métier* que se pretende científico.

O nosso drama, que aqui quero apresentar como um outro desafio, é que no concerne à aquilo que podemos considerar a nossa herança intelectual, os intelectuais africanos em geral e os cientistas sociais em particular estão muitas vezes numa encruzilhada de paradigmas. Quer dizer que os paradigmas que informam suas crenças e pensamentos são múltiplos e variam entre a “tradição” num extremo e a modernidade no outro. Em sua maneira de pensar e agir, é possível discernir uma sobreposição de pelo menos dois modelos de conhecimento, que coexistem e se ignoram um ao outro.

Num trabalho publicado em 2003, Ousmane Kane, partindo das obras de dois pensadores africanos, Mudimbe (1988) e Appiah (1992), mostrou que em África pós-colonial, existem pelo menos duas tradições intelectuais de produção de conhecimento sobre a África: a anglófona e a francófona. Se adicionarmos a lusófona, o quadro tornar-se-ia ainda mais complexo. O chocante, diz Kane, é que ambas ou as três nos oferecem uma leitura eurocêntrica da produção de conhecimento em África.

Mudimbe (1988) argumenta que os escritos que contribuíram para a invenção da África e da ideia de África têm sido produzidos principalmente pelos europeus durante o período colonial, o que ele chama a biblioteca colonial. Como para Appiah (1992), a maior parte dos escritos produzidos na África Subsaariana são em Português, Inglês e Francês e, conseqüentemente, a maioria dos intelectuais na África Subsaariana são Eurofonos (Appiah 1992:68). Ele acrescentou que, historicamente, os intelectuais do Terceiro Mundo (incluindo a África subsaariana) são produtos do encontro com o Ocidente (Appiah 1992:68).

O propósito de Kane, que nos interessa aqui sobremaneira, foi de demonstrar que ao lado da biblioteca colonial, que é essencialmente eurocêntrica e Eurófona, existem outras bibliotecas em África que incluem a biblioteca islâmica por exemplo, onde muitos intelectuais contribuíram com a sua parte. O espaço de significado (sentido) Islâmico faz parte desses espaços plurais. É um espaço que é estruturado, de acordo com Kane, em torno de crenças e práticas islâmicas (incluindo aprendizado esotérico e práticas religiosas: oração, jejum, peregrinação proselitismo, aos lugares santos). Este espaço de significados influencia consideravelmente o imaginário e as representações das populações, particularmente em áreas fortemente islamizada da África. O estabelecimento gradual da área de significado aconteceu por mais de mil anos de islamização lento e gradual, durante o qual a língua e a cultura árabes ganharam direitos de cidadania em muitos cantos da África subsaariana (Kane, 2003).

O mesmo autor afirma que é imperativo repensar o quase monopólio reivindicado por línguas ocidentais, bem como a ordem do processo epistemológico de “compreender a realidade em África” (Copans 1993), não só por causa dos numerosos estudos recentes que mostram um vigoroso debate a volta dos escritos ou das línguas não ocidentais, mas também porque há um espaço de sentido pós-colonial (significado) que é comum a muitos intelectuais e que surgiram a partir da fusão entre as tradições Eurófonas a não-Eurófonas. Ele termina por citar Zaki Laidi (1998) que diz que ‘não há somente uma ordem epistemológica, mas vários espaços de significado em África “. Este debate é importante quando falamos de intelectuais africanos e de africanização da nossa agenda intelectual, como também sobre a produção do conhecimento no continente. Que fazer então? Não estamos aqui para dar receitas, mas diria somente que talvez a africanização da nossa agenda intelectual implica a resolução de muitas contradições e tensões, ou seja, a tensão entre o conhecimento “indígena” e conhecimento “moderno”, a tensão entre as diferentes tradições intelectuais no continente e a contradição entre a biblioteca colonial e biblioteca islâmica, ou outras bibliotecas que podem ser identificadas. Se calhar até não propriamente de uma resolução de algum conflito que se trata, mas de como integrar essas diferentes tradições.

Basicamente, é uma luta contra a fragmentação do conhecimento que é produzido no continente e sobre o continente. É esta pergunta que CODESRIA tentou abordar desde a sua criação em 1973. Os membros fundadores do CODESRIA foram impulsionados por uma determinação em combater a dispersão e fragmentação da produção de conhecimento sobre e no continente. Dai terem criado um fóruns autônomos de discussão, de *networking* a uma escala continental. Igualmente importante no pensamento dos membros fundadores foi o desejo de quebrar as barreiras disciplinares e linguístico-geográficas, ao mesmo tempo em que se preocuparam em descolonizar o conhecimento.

Se trago aqui este debate não é para moralizar sobre o assunto muito menos para tentar buscar um bode expiatório no Norte para os problemas com que estamos confrontados, mas apenas no espírito de tentar abordar um problema real e que tem dificultado o desenvolvimento das ciências sociais em África. E com ele, ou ligado e ele, passo a abordar um terceiro desafio que se coloca as

ciências em África, mas que não é específico ao continente, que é o problema da fratura científica. **A fratura, a fragmentação ou divisão entre disciplinas** ainda fazem parte do marco das ciências sociais em todo o mundo, mas em África elas são sentidas com maior acuidade. O último relatório mundial sobre as ciências sociais (2010) foi dedicado precisamente à problemática da divisão de conhecimento (*knowledge devise*, ing.). O relatório afirma que a divisão mais impressionante é precisamente aquela entre países e regiões. E esta realidade não toca apenas os países africanos ou ditos atrasados, como referi há pouco. A fratura existe mesmo entre países desenvolvidos. Para citar apenas um dado, a Alemanha e o Reino Unido juntos representam metade do financiamento público europeu para as ciências sociais. No que toca a África, pode-se dizer que como acontece na ordem económica, a ordem de conhecimento atual é caracterizada por uma série de desigualdades e os desequilíbrios que causam impacto sobre a capacidade do Sul para competir com o Norte global em termos de produção de conhecimento. E deve-se ressaltar que este tipo de divisão está a minar a força, qualidade e eficiência das ciências sociais em geral. Por outras palavras, a globalização tal como está moldada hoje em dia não contribui para o desenvolvimento das ciências sociais no Sul e mais especificamente na África.

#### **Um quarto desafio é o de **combate da cultura de consultoria e a criação de uma verdadeira cultura e prática de investigação científica****

Alguém dizia que o modelo regido pela lógica do mercado está a dominar as Universidades africanas, e acho com alguma razão. A cultura da consultoria tal como se desenvolveu nos últimos anos tem tido efeitos nefastos sobre a formação de pós-graduação e na pesquisa. Na medida em que os consultores pensam que a pesquisa se resume a encontrar respostas aos problemas definidos pelo cliente, estão a minar as bases de um pensamento autónomo e criativo. Para eles a pesquisa consiste em encontrar respostas e não em formular problemas e perguntas que podem fazer avançar a ciência. Esta cultura é institucionalizada através de cursos ou seminários de curta duração, onde são ensinadas aos estudantes técnicas de recolha e tratamento quantitativo de informações, a partir das quais se procura encontrar respostas as questões formuladas. Hoje em dia, poucos se preocupam com seminários extracurriculares onde se promovem debates de ideias, se aprende a pensar e a argumentar, e até a ler. Estes seminários emigraram para das salas de aulas para hotéis, onde o que importa mais são os subsídios de transporte e os per diems. Se queremos formar uma geração dementes críticas vai ser necessário lidar com este fenómeno a escala continental, não para acabar com as consultorias, mas no sentido de lhes acordar o seu devido lugar e peso no âmbito da produção de conhecimentos sobre as nossas sociedades e da sua transformação.

O quinto desafio prende-se com a **criação das condições institucionais** para a produção do conhecimento de uma forma geral e das ciências sociais em particular. Questões como apetrechamento das bibliotecas, o acesso a terminais de computadores e acesso a bibliotecas virtuais, a criação de infraestruturas físicas consentâneas com as nossas realidades climáticas, etc. Tem um peso significativo.

### III. O papel das organizações académicas

Nesta parte da minha intervenção, o objectivo perseguido é usar o CODESRIA como um exemplo do que as organizações desta natureza podem fazer no sentido de promover a pesquisa em ciências sociais. Grande parte do se passa a dizer, pode ser lido nos documentos produzidos pelo próprio CODESRIA nos últimos cinco a dez anos.

Em África, podemos recensear muitas organizações desta natureza. O mandato destas organizações é geralmente limitado a países e regiões. Segundo as nossas informações, o CODESRIA é o único com um mandato pan-africano.

#### 1. A contribuição do CODESRIA para a produção do conhecimento em África

Nas mais de três décadas da sua existência, o CODESRIA tem contribuído de várias formas para o desenvolvimento da produção do conhecimento em e sobre a África, e por outro lado para alargar as fronteiras da pesquisa nas ciências sociais no continente africano. Em termos gerais, o Conselho tem tido assumido o papel que cabe as organizações da linha da frente no que toca ao desenvolvimento e manutenção de um espaço intelectual africano independente, que tenha por base não só a defesa vigorosa dos mais elevados padrões de ensino, como também a insistência na liberdade do pensamento. O CODESRIA tornou-se a plataforma através da qual as perspectivas intelectuais africanas puderam ser projectadas dentro e fora do continente. Não é de se estranhar, portanto, que o CODESRIA se tenha transformado numa plataforma de debates e reflexões extensas que não existia à escala continental e que continuou a funcionar mesmo quando as universidades nacionais com uma orientação regionalista, como é o caso de Dar-es-Salam, Maquerere e Fourah, estiveram em recessão.

Em termos de números absolutos, nenhuma outra rede tem sido mais bem sucedida na mobilização de milhares de pesquisadores de todas as partes de África nas últimas três décadas e meia. Estima-se que mais de 5.000 estudiosos tenham participado em conferências, simpósios, seminários e ateliers organizados pelo Conselho entre 1973 e 2006. O Conselho possui a maior base associativa de pesquisadores entre as instituições africanas; facto esse que reforça o seu estatuto pioneiro, conferindo-lhe o reconhecimento enquanto uma das mais importantes se não a mais importante organização de promoção de pesquisa em ciência social africana. A sua Assembleia Geral trienal transformou-se no mais importante encontro de estudiosos no continente africano, atraindo uma média de 500 pesquisadores provenientes de todos os cantos de África e de outras regiões do mundo. Além disso, nenhuma outra instituição social tem tido maior número de pesquisadores jovens e do sexo feminino, activos nos seus programas e redes do que o CODESRIA; o Conselho também exhibe um variado leque de programas focalizados nestes grupos. Nos últimos cinco anos, o Conselho aparece como o local mais importante, a nível continental, para pesquisas realizadas por estudiosos africanos de expressão portuguesa.



Através de um programa de publicações que teve início com um jornal e um boletim de informações, o CODESRIA transformou-se numa das mais importantes editoras dos estudiosos das ciências sociais, produzindo dez jornais académicos Pan-africanos que exigem a revisão de pares, uma média de 30 livros e 20 monografias por ano e um forte programa de publicações electrónicas gerido com base no princípio de livre acesso. O CODESRIA é a única editora académica africana que produz em inglês, francês, português e árabe. Através do seu pequeno programa de bolsas de estudo para monografias, o Conselho transformou-se no maior depositário de teses a nível de pós-graduação nas ciências sociais e Humanísticas em África, com uma colecção totalizando os 1,500 exemplares em 2006 e que abrange todas as esferas da pesquisa social. Um teste essencial à relevância do CODESRIA é a sua capacidade de identificar as necessidades das academias africanas e depois formulá-las em termos de programas para os quais a academia é mobilizada para ajudar a animar. Nesse sentido, algumas das outras contribuições realizadas pelo Conselho durante a sua existência podem ser assim resumidas como seguem:

i) Promoção de competências multidisciplinares entre os pesquisadores africanos através da sua integração em redes de pesquisadores, criadas a partir de várias disciplinas nas ciências sociais e humanas;

ii) Servir de janela africana credível e fiável para o mundo da pesquisa social e o interlocutor chave para a comunidade africana em pesquisa social nas várias sendas mundiais;

iii) Encorajamento dum diálogo inter gerações como componente integrante dos vários programas organizados pelo Conselho, sendo que isso é feito com base na inclusão das quatro gerações de estudiosos que actualmente compõem a comunidade africana em pesquisa social;

iv) Promoção da visibilidade do estudo dos pesquisadores africanos através de um programa de publicações sólido e crescente, organizando e participando em várias feiras de livros e promovendo actividades de sensibilização;

v) Contribuição para a institucionalização de uma cultura de excelência na escola africana através de sistemas de selecção baseados na revisão de pares amplamente reconhecidos para a participação nos programas do Conselho e na determinação de resultados das pesquisas que devem ser publicadas;

vi) Defesa da liberdade académica dos pesquisadores africanos – e de pesquisadores em outras paragens no mundo – como um pré requisito para uma vida académica substantiva;

vii) Apoio ao desenvolvimento e a sobrevivência de uma cultura de conectividade de redes entre cientistas sociais africanos, sendo que esta conectividade de redes deve ocorrer em África e numa agenda intelectual definida por africanos para abordar questões que se considere relevantes para o continente e para o resto do mundo;

viii) Redução da “sede” de livros em África registada nos anos 80 através de um sólido programa de publicações, através do qual, a partir de Setembro de 2006, 650 exemplares de cada um dos livros editados pelo Conselho são distribuídos gratuitamente a bibliotecas universitárias e de institutos de pesquisa por todo o continente. Este programa de publicações tem obrigado que os Livros CODESRIA, em muitos casos, constituam o grosso das novas aquisições para muitas bibliotecas;

ix) Apoio a pesquisadores individuais através do centro de documentação do Conselho, CODICE, cujo banco de dados rico em bibliografias é melhorado constantemente para garantir que os estudiosos africanos possam manter-se a par das tendências no mundo das ideias. Os serviços do CODICE aos grupos de trabalho nacionais e multinacionais do Conselho assim como os vários institutos, incluem a compilação das referências bibliográficas para cada um dos pesquisadores envolvidos;

x) Redução de alguns dos problemas de desenvolvimento de capacidades e valorização nas universidades associadas com o duplo problema interligado da crise político-económica e a fuga de cérebros através da organização de cursos de verão em metodologia, Género, Governação, Estudos da Infância e do Adolescente, Saúde, Política e Sociedade, e as Humanísticas, o projecto de elaboração de material didáctico, o programa de reflexões ultrapassadas, etc.;

xi) Estabelecimento de um programa, incluindo algum financiamento limitado, para os estudiosos em situação de angústia alvos de perseguição pelas autoridades políticas no poder ou administradores universitários em relação a assuntos que têm a ver com a independência e/ou integridade da escola ou simplesmente for manter opiniões divergentes. Este programa destinava-se a ter um papel chave de apoio aos estudiosos em tempos de intensa contestação do espaço político africano durante os anos 90; o programa continua a ser crucial no contexto de políticas tensas em relação à reforma do ensino superior que está em curso actualmente em todo o continente africano;

xii) A criação pelo Conselho não só de uma ponte entre as barreiras linguísticas e geográficas no continente mas também entre pesquisadores e estudiosos africanos de outras regiões do mundo, incluindo da Ásia, América Latina, as Caraíbas, Europa e América do Norte;

xiii) A facilitação de um diálogo entre as ciências sociais e as humanísticas como parte dos esforços para garantir que a produção do conhecimento em África seja feita de forma holística;

xiv) A facilitação do diálogo entre as ciências sociais e as ciências naturais, sendo que este último foi definido para incluir as ciências agrícolas e da medicina;

xv) Apoio às instituições chaves em pesquisa social operando no continente e confrontadas com várias crises de crescimento e desenvolvimento nas suas reformas internas, em termos materiais e não materiais.

## 2. Os novos desafios no ambiente intelectual africano

A academia em si está imersa num processo constante de mudanças multifacetadas. Em comparação com o início dos anos 70, a África tem agora muito mais universidades que, no geral, são, também, maiores em dimensão, particularmente, no que respeita ao número de estudantes. A grande maioria destas universidades está orientada para servir necessidades nacionais/domésticas, denotando um distanciamento da situação que existia nos anos 60, quando várias universidades, embora relativamente poucas em número, funcionavam como importantes centros regionais de formação e produção de conhecimento.

Paralelamente à expansão das universidades, tanto em número como dimensão, está o aumento dramático verificado no período desde o início dos anos 90 do número de organizações de pesquisa independentes e não-governamentais. Grande parte destes agrupamentos de pesquisa, que na sua maioria foi criada em resposta à prolongada e continuada crise a nível de financiamento, desenvolvimento curricular, motivação e autonomia vivenciada pela maioria das universidades a partir dos anos 80, são domésticas/nacionais na sua orientação e enfoque; somente uma meia dúzia tem conseguido desenvolver e desempenhar um papel sub-regional, frequentemente seguindo o “modelo” do CODESRIA que, invariavelmente, serviu-lhes de inspiração.

Mais recentemente, tem havido uma tendência onde têm surgido centros de pesquisa autónomos directamente afiliados a universidades ou mesmo fisicamente localizados nas universidades. Independentemente do facto de muitas das categorias de organizações de pesquisa independentes, particularmente, a nível nacional, serem confrontadas com um leque de dificuldades – algumas estruturais, outras relacionadas à credibilidade – sua formação denota a sede crescente em muitos países de ter espaços genuinamente autónomos para o trabalho intelectual; são também indicadores do aparecimento de novos locais de conhecimento. A persistência dos factores que têm desestabilizado a produção e divulgação do conhecimento de base universitário poderá garantir que esta tendência continue ainda por algum tempo.

Embora as principais universidades africanas continuem a ser instituições de financiamento público, o fenómeno das universidades privadas, sejam elas propriedade de organizações religiosas ou seculares, já apareceu e está a alastrar-se rapidamente pelo continente. Este desenvolvimento, que em si é também, em parte, uma resposta à crise no sistema de ensino superior público, levanta a questão do acesso popular à formação avançada e do futuro do ensino superior para servir uma causa pública.

De igual interesse é a introdução nos sistemas universitários público e privado de uma forte e frequentemente limitada lógica comercial/de mercado não só no fornecimento de alguns serviços mas, mais preocupante ainda, na concepção dos currículos e módulos de ensino. A produção do conhecimento enquanto tal está a ser cada vez mais descartada a favor de uma noção de universidade como um centro de formação estritamente ligado às necessidades do “mercado”; neste contexto, o ideal da universidade enquanto local de concen-

tração de reflexões encontra pouco, ou nenhum, eco entre alguns dos administradores do sistema de ensino superior que, cada vez mais, consideram que estão a gerir empresas comerciais que devem, na pior das hipóteses, não ganhar nem perder ou, na melhor das hipóteses, gerar lucros. Estes desenvolvimentos acontecem numa altura em que uma cultura de consultorias tem-se sobreposto à cultura de pesquisa e participação em actividades científicas locais, regionais e internacionais.

O fim dos anos 80 também marcou o início da aceleração na mudança de gerações na gestão e liderança da maioria das universidades africanas. Por todo o continente, os membros mais idosos da primeira geração de cientistas sociais retiraram-se da vida académica activa nas universidades, dando caminho à segunda e terceira gerações de estudiosos. Ao mesmo tempo, começava a emergir a quarta geração de pesquisadores.

O contexto macro-político da produção do conhecimento em África tem também estado a registar mudanças que não podem ser ignoradas. Em África, estas mudanças têm sido ilustradas de forma mais dramática pelo colapso do regime de partido único e militar por todo o continente e o abraçar do pluralismo eleitoral na maioria dos países.

As mudanças globais em curso e as suas ramificações nos países africanos também envolvem mudanças na geopolítica internacional e no equilíbrio do poder. Talvez a mudança geopolítica mais importante com consequências potencialmente profundas para a África – e para o resto do mundo – tenha sido a ascensão da China – juntamente com a Índia e o ressurgimento da Rússia – enquanto actores chaves numa nova ordem global emergente. O significado que terá para a economia, política e sociedade em África a grande entrada da China no sistema internacional e a expansão da sua presença em África e o seu impacto no continente, é objecto de muita especulação dentro e fora do continente. Independentemente das conclusões a que se chegar, está claro que a comunidade africana de pesquisa social precisaria incorporar a Questão da China tanto através da análise do significado de todos os aspectos relativos à ascensão da China, por direito próprio, como sendo simbólico da ascensão de actores como a Índia e a Rússia. Ao fazer isso, relações directas teriam que ser forjadas com estudiosos chineses trabalhando sobre África e outras questões de relevância, incluindo os desafios de renovação das ciências sociais.

Talvez, o mais importante nesta ligação sejam as pressões contínuas da globalização e das fronteiras da revolução da informação e comunicação sempre em mudanças – desenvolvimentos que se infiltraram, de forma desigual, no trabalho da academia africana e que levantam questões sobre o modo de geração e fornecimento do conhecimento enquanto que experiências na educação e pesquisa virtual (cyber research) aceleram o passo. O alargamento das possibilidades do ensino à distância em África, o que tem incitado o estabelecimento de sistemas universitários mais abertos no continente, tem andado lado a lado com as inovações na utilização da Internet para ensino e aprendizagem.

Dentro do continente, talvez a mudança mais importante seja a má sorte

que a vida associativa Pan-africana tem tido, com as redes de historiadores, cientistas políticos e demógrafos – para citar alguns – a registarem situações de dificuldades que ameaçam culminar com o seu declínio e fim. Várias outras organizações não disciplinares sub-regionais e continentais também têm-se confrontado com crises de sobrevivência que afectaram gravemente a sua visibilidade e seu impacto. Estes desenvolvimentos no contexto do conhecimento africano muito provavelmente se transformaram em fontes de pressão crescentes sobre o CODESRIA que, no âmbito do seu mandato, será chamado a preencher as lacunas emergentes, a apoiar na revitalização de algumas dessas redes e a abrir seus programas à participação das comunidades (novas e antigas) que são tuteladas pelas organizações desafortunadas. Fora do continente, houve também um crescimento massivo e contínuo durante as décadas de 80 e 90 da diáspora intelectual africana com muitos participantes na “fuga de cérebros” a assumirem cargos em universidades no estrangeiro a leccionarem e/ou pesquisarem sobre a África. Ao mesmo tempo, os Estudos Africanos, enquanto tal, continuam a ser fustigados por uma crise de financiamento, cuja origem está em disputa, e que o novo interesse nos Estudos de Áreas surgido após a proclamação da “Guerra ao Terror” parece, em princípio, ter potencial de travar.

A escassez de recursos de pesquisa essenciais para os Estudos Africanos tem tido efeitos na produção do conhecimento independente sobre o continente; mais e mais, o conhecimento produzido sobre a África parece estar cada vez mais baseado em pesquisas encomendadas para utilizadores específicos que solicitam e pagam por elas. É provável que o ressurgimento do interesse em África associado, inter alia, às campanhas para erradicar a pobreza, cancelar as dívidas dos países de baixo rendimento e alcançar os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) possam traduzir-se na injeção de novos recursos para os Estudos Africanos. Mas, com as pressões do “Afropessimismo” sempre a pairar no horizonte, instituições como o CODESRIA precisariam investir esforços contínuos na construção de parcerias estratégicas para garantir a independência, autonomia e integridade intelectual das pesquisas realizadas sobre a África.

Entre 1973, aquando da criação do CODESRIA, e hoje, tem havido claramente uma transformação dramática e contínua no terreno e no contexto da produção do conhecimento no e sobre o continente africano. Todavia, o aumento do número de universidades, públicas e privadas, e o número de organizações de pesquisas independentes não se tem traduzido, necessariamente, no aumento da qualidade do conhecimento produzido e dos intercâmbios académicos realizados. Os problemas de financiamento, fortemente enraizados, das universidades públicas aliados à deterioração contínua do ambiente de aprendizagem, ensino e pesquisa, enfraqueceram e desgastaram as capacidades de uma maneira e num sentido que constituem uma ameaça para os pilares da produção contínua do conhecimento em África. As organizações nacionais de pesquisa independentes que ainda existem estão frequentemente localizadas de forma desequilibrada, com muita falta de recursos e muito egocêntricas para marcarem uma diferença significativa; as universidades privadas, muitas das quais funcionam como instituições para alunos de graduação à base do

pagamento de propinas, estão muitas vezes demasiado enredadas numa lógica comercial e/ou evangelista limitada para servirem de alternativa credível para o grande e crescente número de jovens africanos à procura de oportunidades de terem um ensino superior de qualidade ou, com certeza, um espaço público autónomo para a livre troca de ideias.

Com a persistência da fuga de cérebros e com o ensino e/ou aprendizagem da África dentro e fora do continente a realizar-se com diferentes graus de dificuldades, adivinha-se que o futuro da academia africana, ou mesmo, africanista, esteja intrinsecamente ligado ao restabelecimento da saúde e riquezas do sistema de ensino superior público, uma preocupação que tem sido central na agenda do CODESRIA desde a sua fundação e que agora, mais do que nunca, carece de renovação e amplitude para fazer face aos novos desafios emergentes.

### 3. Oportunidades e desafios do CODESRIA

O CODESRIA é posto perante várias oportunidades e desafios decorrentes das mudanças ocorridas no ambiente de produção de conhecimento na e sobre a África, assim como das mudanças que vêm ocorrendo no contexto africano e global, as quais, se devidamente abordadas, devem apoiar o Conselho a manter-se não apenas na instituição Pan-africana, uma instituição relevante tanto para as necessidades básicas como para as maiores aspirações da academia africana, mas também noutras que sejam suficientemente inovadoras na renovação e actualização do seu mandato, de forma a permitir a consolidação dos ganhos históricos da comunidade de pesquisa em ciências sociais e a abertura de novas fronteiras de conhecimento. Isto obriga a um reconhecimento, pelo Conselho, das oportunidades disponíveis no referido contexto de mudança e dos desafios a que deve responder se, para além de apenas sobreviver, quiser tornar-se cada vez mais forte. Tanto as oportunidades como os desafios que lhe são colocados, exigem reformas alargadas, incluindo programas inovadores durante os próximos anos, questões que se retomarão brevemente.

### 4. Oportunidades e Forças

O CODESRIA, sendo a primeira rede Pan-africana de pesquisa em ciências sociais, tem a vantagem de existir e de ter visibilidade há mais tempo que qualquer outra organização o que, associada ao seu registo global, lhe garante uma legitimidade amplamente reconhecida e uma autoridade provavelmente sem paralelo no continente.

O CODESRIA desfruta da vantagem distinta de ainda ser a única instituição genuinamente Pan-africana, dedicada ao objectivo de transcender conscientemente todas as barreiras para pesquisar e combater a fragmentação da produção de conhecimento, atraindo ao mesmo tempo a participação da África Central, Oriental, do Norte, Austral e Ocidental nos seus programas, assim como da Diáspora;

O evidente pan-africanismo do CODESRIA tem sido crucial à capacidade do Conselho de abrir portas a nível global, regional e nacional, fazendo uso com frequência da vantagem conferida pelo estatuto de observador de que desfruta junto das organizações - da ONU, da União Africana, e da Comissão Económica para a África. O acesso que deriva desta situação coloca o CODESRIA numa posição muito vantajosa para mediar diálogos políticos sustentados, reunindo investigadores e políticos em questões que preocupam o continente africano;

O Conselho também desfruta da clara vantagem de poder contar com a boa vontade dos seus membros, muitos dos quais estão preparados para ir além do dever de defender a integridade da instituição, como também com doadores que mostram frequentemente um grau invulgar de compreensão para com os ideais que conduziram ao estabelecimento do Conselho.

O Conselho também tem a clara vantagem de ter nas suas redes, um vasto leque de estudiosos provenientes de diferentes disciplinas, reflectindo também as quatro gerações de cientistas sociais africanos. O Conselho também é a única organização de investigação com um alcance continental e uma presença activa em 42 países que atravessam a África Anglófona, Francófona, Lusófona e o Magrebe.

## 5. Desafios e Ameaças

- Colocar-se na posição de estrela solitária no firmamento da intelectualidade africana. As dificuldades enfrentadas por muitas redes africanas, pan-africanas e sub-regionais as quais, em alguns casos, ameaçam o seu desaparecimento, representam um sério desafio para o CODESRIA em termos de como poder reagir à situação e suportar as pressões que possam surgir;

- Embora nem todas as consultorias sejam iguais e embora haja algumas consultorias que podem e contribuem para o reforço das capacidades de investigação individual e institucional, a expansão e domínio em algumas zonas de África de um género de consultorias que atomizam o processo de produção de conhecimento e minam as fundações institucionais, visto que a investigação representa uma ameaça aos objectivos para os quais as redes como o CODESRIA foram estabelecidas.

- A expansão do comércio em serviços de educação sob a égide da Organização Mundial do Comércio (OMC) está a alterar gradualmente a paisagem de ensino e investigação em algumas zonas de África.

- Aumentar a qualidade dos resultados científicos do Conselho e as várias redes que este apoia, ao mesmo tempo que o CODESRIA avança para a fase seguinte do seu desenvolvimento institucional. A garantia de qualidade também envolve inovações na forma como o Secretariado trabalha com as várias redes de investigação que apoia, assim como a forma como as próprias redes se organizam.